

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA** é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, de caráter beneficente, de assistência social à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso, com atividade preponderante a área da Saúde, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital Maria Lucinda (HML), bem como outros hospitais e unidades afins. Fundada em 09/06/1929, é declarada utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.446 de 18/10/68, utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 787 de 07/01/1963 e Municipal pela Lei nº 15.309 de 05/12/1990.

Segundo o estatuto social da Fundação Manoel da Silva Almeida o conselho curador, o conselho diretor e o conselho fiscal não serão remunerados. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, não poderá, em qualquer hipótese, ser distribuído nem destinado para qualquer fim estranho ou diferente daquela que objetiva.

Relacionamos a seguir a descrição de cada unidade (Contratos de Gestão):

Unidade	Local	Contrato de Gestão
Upa Caxangá	Recife – PE	003/2010 DGAJ/SES
Upa Nova Descoberta	Recife – PE	002/2011 DGAJ/SES
Hospital Regional de Palmares	Palmares – PE	003/2011 DGAJ/SES
Hospital Ermírio Coutinho	Nazaré da Mata – PE	005/2011 DGAJ/SES

CAXANGÁ

Em 01/04/2010 a Fundação Manoel da Silva Almeida e SES firmaram contrato de gestão nº 003/2010 com vigência até 01/04/2022, tendo por objeto a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da Upa Caxangá Escritor Paulo Cavalcanti.

O Contrato de Gestão para administração da Upa Caxangá, diante da situação emergencial provocada pela pandemia da covid 19, o contrato de gestão firmado entre Fundação Manoel da Silva Almeida – Upa Caxangá e a SES-PE, foi prorrogado para abril/2022 conforme termo de apostilamento ao contrato de gestão N° 003/2010, cláusula primeira descrito abaixo:

“Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação emergencial da vigência do contrato de gestão n° 003/2010, conforme os termos do parecer CTAI n°37/2020, exarado pela comissão técnica de acompanhamento interno dos contratos de gestão, assim como o parecer n° 0217/2020, exarado pela procuradora geral do estado, tendo em vista situação emergencial provocada pela pandemia covid 19”.

Em janeiro de 2022, foi firmado o Contrato de Gestão N° 007/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O ESTADO DE PERNAMBUCO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SES/PE, E, DO OUTROLADO, A FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA – HOSPITAL MARIA LUCINDA, o prazo de vigência do presente Contrato será de 02 (dois) anos, contados a partir do dia 1º de fevereiro de 2022, renovável por sucessivos períodos até o limite máximo de 10 (dez) anos

NOVA DESCOBERTA

Em 03/01/2011 a Fundação Manoel da Silva Almeida e SES firmaram contrato de gestão nº 005/2011, tendo por objeto a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da UPA Nova Descoberta Solano Trindade com vigência de 03/01/2011 à 03/01/2021.

O contrato de Gestão nº 005/2011 para administração da UPA Nova Descoberta Solano Trindade terminou em janeiro de 2021, sendo prorrogado pelo 17º e 20º termo aditivo ao mesmo contrato. Juntamente a isso, a SES – Secretaria de Estado de Saúde, abriu processo de licitação para escolha da nova administradora.

A Fundação Manoel da Silva Almeida participou do processo licitatório, vencendo-o, com a celebração do contrato de gestão nº 008/2022, tendo por objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da UPA Nova Descoberta Solano Trindade, com vigência a partir de 01/02/2022 à 01/02/2024, renovável por sucessivos períodos até o limite máximo de dez anos.

HOSPITAL REGIONAL DE PALMARES

Em 17/10/2011 a Fundação Manoel da Silva Almeida e SES firmaram contrato de gestão nº 003/2011, tendo por objeto a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional de Palmares Dr. Silvio Magalhães.

O Contrato de Gestão para administração do Hospital Regional de Palmares terminou em 17/10/2021, porém o contrato de gestão firmado entre Fundação Manoel da Silva Almeida – Hospital Regional de Palmares e a SES-PE, foi prorrogado para 16 de abril 2022 conforme termo de apostilamento.

A SES – Secretaria do Estado de Saúde abrirá processo de licitação para escolha de nova administradora. A Fundação Manoel da Silva Almeida entrará no processo licitatório e espera continuar com a gestão do Hospital.

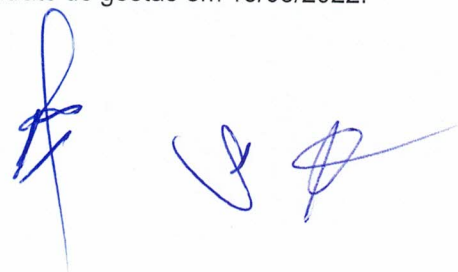
Até a data de emissão das demonstrações contábeis o processo de licitação para escolha da nova administradora ainda não tinha sido inicializado

HOSPITAL ERMIRIO COUTINHO

Em 17/11/2011 a Fundação Manoel da Silva Almeida e SES firmaram contrato de gestão nº 005/2011, tendo por objeto a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, do Hospital Ermírio Coutinho com vigência de 17/11/2011 à 17/11/2021.

O Contrato de Gestão para administração do Hospital Ermírio Coutinho terminará em novembro de 2021. A SES – Secretaria de Estado de Saúde abrirá processo de licitação para escolha da nova administradora. A Fundação Manoel da Silva Almeida entrará no processo licitatório e esperar continuar com a gestão do Hospital Ermírio Coutinho.

O contrato de gestão foi prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias, findando em 17/05/2022. Em dezembro/2021, a SES – Secretaria Saúde do Estado abriu processo de licitação para escolha da nova administradora e a Fundação Manoel da Silva Almeida foi a vencedora e continuará com a gestão do Hospital Ermírio Coutinho pelo período de dez anos, iniciando o novo contrato de gestão em 18/05/2022.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem finalidade de Lucros e posteriores alterações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros e na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

2.2. Base de preparação

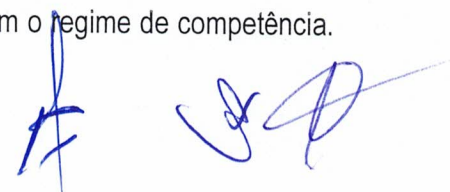
Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução do CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002, referente às Entidades sem finalidade de lucros. A seguir são descritos sumário destas práticas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.
- b) Estoques - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a material médico, medicamentos, material de laboratório, material odontológico, filmes, gênero alimentício, produtos de limpeza, produtos de lavanderia, material de manutenção, impressos e material de escritório. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. Em 2021 a Administração não identificou necessidade de constituir provisão de perdas para o saldo de estoques em 31 de dezembro.
- c) Créditos a Receber - Os Créditos a receber de convênios são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida.
- d) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
- e) Fornecedores – São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.
- f) Empréstimos e Financiamentos – Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, incluindo os custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota 11.
- g) Receitas e Despesas – O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.



As receitas dos convênios e transferências estão sendo apresentadas pelo seu valor efetivamente arrecadado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

h) Demonstração dos Fluxos de Caixa - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

i) Demais Ativos - estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

j) Demais Passivos - Os demais passivos estão apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

k) Patrimônio Social - É demonstrado pelos valores históricos, acrescidos das movimentações ocorridas no exercício.

l) Superávit ou Déficit apurado pelo regime de competência do exercício;

m) Instrumentos Financeiros - A Fundação participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos, o banco e aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar e outras dívidas, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

n) Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses.

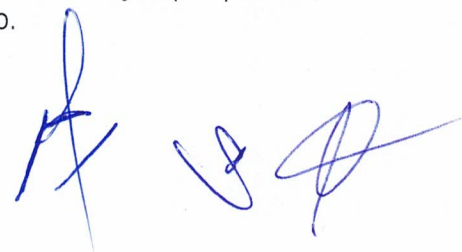
o) Tributação – A Fundação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.

p) Contratos de Gestão: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar e executar ações e serviços de saúde. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, e por isso o resultado do período é zero.

q) O Patrimônio dos Contratos de Gestão não apresentam valores em virtude da aplicação do que estabelecem as resoluções CFC 1409/12 (item11) e 1305/10 (itens 12 e 15 A) que enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental, de contribuição para custeio e investimento deve ser em conta específica do passivo, de forma que o resultado será sempre zero.

r) No exercício de 2021 não houveram recebimentos com restrição ou vinculação por parte de doadores bem como eventos subsequentes que necessitaram divulgação.



4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2021	2020
Fundo Fixo	6.578	13.500
Banco Conta Movimento	728.847	2.058.651
Aplicações Financeiras	24.169.994	8.311.721
TOTAIS	24.905.419	10.383.872

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

5. CRÉDITOS A RECEBER, ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

	2021	2020
Créditos de Convênios	1.033.434	1.546.597
Créditos de Pacientes SUS	1.147.187	1.104.013
Créditos c/ Hemodiálise	2.374.517	1.222.295
Créditos c/ pacientes UTI	2.571.674	1.331.655
Créditos c/ Secretaria de Saúde UPA Caxangá (*)	1.044.962	1.221.782
Créditos c/ Secretaria de Saúde UPA Nv Descoberta (*)	2.480.451	846.744
Créditos c/ Secretaria de Saúde Hospital Nazaré (*)	3.135.017	2.245.341
Outras	1.621.683	2.061.129
TOTAIS	15.408.925	11.579.556

	2021	2020
Adiantamento de Ordenados	0	560
Adiantamento de Férias	219.473	358.478
Adiantamento de Tratamento Odontológico	4.726	3.240
Adiantamento de 13º salário	55	1.038
Adiantamento de Fornecedores	1.674.432	411.685
TOTAIS	1.898.687	775.001

(*) Durante o exercício de 2021 o total de gastos realizados em benefício do Hospital Ermírio Coutinho, da UPA Caxangá e da UPA Nova Descoberta, onde acumuladamente excederam em R\$ 3.135.017 R\$ 1.044.962 e R\$ 2.480.541, respectivamente, do total orçado e repassado pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, através do contrato de gestão firmado com a Fundação Manoel da Silva Almeida.

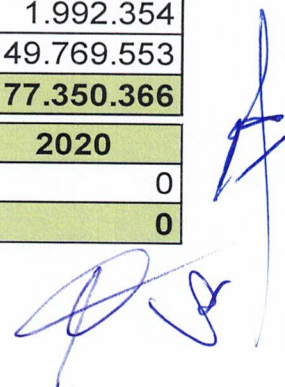
Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC Nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que poderão vir a ser restituídos ou compensados pelos órgãos contratantes até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição.

Convênios SES:

Os valores individualizados a receber em 31 de dezembro de 2021 de cada um dos contratos de gestão ou convênios com órgãos públicos encontram-se apresentados de forma analítica na tabela abaixo:

	2021	2020
Convênios SES a Receber UPA Caxangá	6.184.284	5.514.931
Convênios SES a Receber Hospital Nazaré	9.983.226	20.073.529
Convênios SES a Receber UPA Nova Descoberta	5.404.590	1.992.354
Convênios SES a Receber Hospital Palmares	28.820.940	49.769.553
TOTAIS	50.393.041	77.350.366

LONGO PRAZO	2021	2020
Convênios SES a Receber Hospital Palmares	11.016.498	0
TOTAIS	11.016.498	0



A Contabilização dos recursos públicos oriundos de Convênios e Contratos de Gestão seguem, rigorosamente as Leis 11.638/07, Lei 11.941/09 e, fundamentalmente, a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (Interpretação Técnica Geral).

De tal forma é oportuno dizer que os recursos públicos oriundos destes Convênios e Contratos de Gestão, são de uso exclusivo para executar despesas do contrato e assim, não prevêem superávit ou déficit como resultado. Conforme item 11 da ITG 2002 aplicado para esse tipo de recurso, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, de contribuição para custeio e investimento registrados no ativo, deve ser em conta específica do passivo.

A fim de tornar mais transparentes e completas as informações sobre os contratos de gestão de convênios, os valores totais a receber pactuados com os gestores, bem como os valores a realizar de longo prazo, passaram a ser contabilizados nas rubricas: Convênios SES a receber - (Ativo Circulante e não Circulante) e Convênios SES a realizar (Passivo Circulante e não circulante).

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
ISS a Recuperar	56.542	14.490
IRRF a Recuperar	75.555	96.520
INSS a Recuperar	5.957	54.855
PIS/Cofins/CSLL a Recuperar	6.931	6.970
PIS a Recuperar	0	23.764
FGTS a Recuperar	0	1.489
TOTAIS	144.986	198.088

7. ESTOQUES

	2021	2020
Drogas e Medicamentos	1.490.149	1.383.725
Materiais de uso do paciente	1.283.039	1.663.528
Gêneros Alimentícios	132.706	132.094
Produtos de Lavanderia	41.271	63.545
Produtos de Limpeza	47.958	49.531
Materiais de manutenção	202.331	168.988
Impressos e materiais didáticos	104.439	112.777
Materiais de laboratórios	96	22
Empréstimos Materiais Hospitalares	14.404	132.598
Materiais de Natureza Permanente	2.293.745	1.561.068
Combustíveis	3	0
Ortese e Prótese	592	90
TOTAIS	5.610.733	5.267.967

Estoque de Terceiros	6.982.010	7.722.956
TOTAIS	6.982.010	7.722.956

Os bens existentes nos estoques foram inventariados e são avaliados pelo preço médio.

Estoques de Terceiros: Referem-se a medicamentos de alto custo utilizados para o tratamento de doenças raras. Esses medicamentos foram adquiridos pelo Ministério da Saúde e estão sobre a guarda do Hospital Maria Lucinda para serem administrados aos respectivos pacientes. A realização desse Estoque não acarreta custos para Hospital.

8. REALIZAVEL A LONGO PRAZO

	2021	2020
Deposito Judicial	2.257.888	1.043.346
Outras Contas A Receber – HML	28.800	21.336
Outras Contas A Receber – UPA CAXANGÁ	100.000	0
Credito em Consorcio Caixa Economica	39.162	
Subvenção para Aquisição de Bens a Receber	431.170	550.000
TOTAIS	2.857.020	1.614.681

Restituições Tributárias	1.170.001	5.302.909
TOTAIS	1.170.001	5.302.909

Outras Contas a Receber refere-se a valores/créditos a receber dos contratos de gestão administrados pela Fundação.

Restituições Tributárias – PIS: Trata-se do registro contábil conforme Processo: 0801838-36.2016.4.05.8300, onde a UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, por seu Procurador, reconheceu o direito à restituição tributária, em cumprimento da sentença proferida, do valor de R\$ 3.509.478,43 (valor histórico), decorrente dos pagamentos indevidos realizados a partir de 14/03/2011 (“quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda”). O valor anteriormente provisionado de R\$ 5.302.909,02, valor original mais atualizações, foi restituído em 2021, conforme determina a sentença. No referido ano, a fundação entrou com o pedido de requisitório do referido processo gerando um precatório no valor de R\$ 1.170.001,44.

9. IMOBILIZADO

Está demonstrado pelo valor de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, segundo taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens.

CONTAS	TX%	2021		2020	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Edificações	4%	17.434.925	2.906.721	14.528.203	14.955.800
Benfeitorias	4%	770.174	28.301	741.873	307.433
Terrenos		38.564.893		38.564.893	38.564.893
Aparelhos de medicina e cirurgia	10%	3.937.643	3.509.363	428.280	822.044
Instrumentos de medicina e cirurgia	10%	969.861	860.809	109.052	206.038
Equipamentos de proc. de dados	20%	237.184	237.184	0	16.759
Móveis e Utensílios	10%	1.381.558	840.992	540.566	676.921
Veículos	20%	564.193	540.221	23.972	101.295
Equipamentos de fisioterapia	10%	17.199	15.488	1.711	3.430
Equipamentos de comunicação	10%	2.660	1.728	932	1.198
Máquinas e Equipamentos	10%	3.910.626	1.896.913	2.013.713	1.961.709
TOTAIS		67.790.915	10.837.720	56.953.195	57.617.522

9.1 IMOBILIZADO DE TERCEIROS

CONTAS	TX%	2021		2020	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Equipamentos de proc. de dados	20%	217.102	91.973	125.131	91.736
Móveis e Utensílios	10%	2.245.811	358.613	1.887.197	301.110
Máquinas e Equipamentos	10%	1.623.059	289.175	1.333.873	385.489
Aparelhos e Utensílios Medicos	10%	3.122.585	351.930	2.770.655	
Aparelhos e Utensílios Domesticos	10%	57.141	3.809	53.331	
Veículos	5%	140.000	42.000	98.000	126.000
TOTAIS		7.405.698	1.137.500	6.268.187	904.335

O imobilizado de uso das unidades gerenciadas pela Fundação através de Contratos de Gestão é composto por bens de terceiros, adquiridos com recursos destes contratos e convênios que no término da vigência contratual são devolvidos para o órgão parte da parceria. Após realização de inventário do ativo imobilizado realizado pela SEAF – Secretaria Executiva de Administração e Finanças, foram reconhecidos os valores do Ativo Imobilizado da Unidade UPA Caxangá em 2018, da UPA Nova Descoberta em 2019 e dos Hospitais Regional de Palmares e Ermírio Coutinho em 2021.

10. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores de materiais e medicamentos	2.356.972	2.392.329
Fornecedores de serviços médicos – PJ	1.755.279	1.788.662
Fornecedores de serviços diversos	1.865.285	2.432.462
Fornecedores de serviços médicos – PF	78.190	161.624
TOTAIS	6.055.727	6.775.077

Representa as obrigações com fornecedores pela contratação de serviços médicos, e aquisição de materiais médicos, hospitalares e medicamentos.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Caixa Economica Federal	5.843.426	29.300.484	2.520.960	21.428.157
Banco Santander	130.000	0	1.457.947	4.537.151
Grandes Armazéns do Recife	1.600.000	0	1.600.000	0
Outros	0	(382.806)	131.825	(907.143)
Encargos Financeiros a Vencer	(1.280.573)	(7.453.227)	(1.493.579)	(9.114.828)
TOTAIS	6.292.853	21.464.449	4.217.153	15.943.337

A Fundação em 2015 obteve um empréstimo junto a empresa Grandes Armazéns do Recife para quitação de algumas despesas. Em 05/06/2020 a Fundação contratou um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal com taxa de juros de 0,87 % a.m., carência de 6 meses, contados da sua assinatura e apropriados até a data do balanço, a ser amortizado em 114 parcelas mensais. Em 25/01/2021 a Fundação contratou um empréstimo, com o intuito de investimento, junto à Caixa Econômica Federal com taxa de juros de 0,80 % a.m., carência de 6 meses, contados da sua assinatura e apropriados até a data do balanço, a ser amortizado em 60 parcelas mensais. Em 06/07/2021 a Fundação contratou um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, para quitação do contrato Junto ao Santander com taxa de juros de 0,70 % a.m. pós-fixada, carência de 6 meses, contados da sua assinatura e apropriados até a data do balanço, a ser amortizado em 84 parcelas mensais. Todos os contratos preveem como garantia a cessão de direitos creditórios junto ao Ministério da Saúde em decorrência da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2021	2020
Ordenados a Pagar	5.598.355	2.689.725
Rescisões a Pagar	48.336	9.012
Seguro de Vida a Pagar	740	1.775
Pensão Alimentícia a Pagar	10.663	6.597
Férias a Pagar	56.822	106
Plano de Saúde- Hapvida	47.482	40.347
Processo Judicial Civil	0	2.437
TOTAIS	5.762.398	2.750.000

De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço.

13. PROVISÕES

	2021	2020
Provisões de Férias	7.869.423	8.229.703
Provisões p/ Encargos Sociais s/ 13º Salário	327.216	312.683
Provisões p/ Encargos Sociais s/ Férias	620.528	657.958
TOTAIS	8.817.166	9.200.344

Referem-se às Provisões Férias e Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário de valores com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme pagamentos até a data do balanço.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2021	2020
FGTS a Recolher	544.005	597.217
FGTS a Recolher (Parcelamento)	989.112	1.819.603
FGTS Passivo	77.623	83.852
INSS a Recolher	644.726	622.625
Contrib. Sind. Assist. a Pagar	63.828	132.050
INSS Parcelamento	0	5.567
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento)	0	1.169
TOTAIS	2.319.292	3.262.083

No exercício de 2013 a Fundação assinou junto à Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento do FGTS no montante de R\$ 4.571.165,36, referentes às competências de 02/2012 a 02/2013.



15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2021	2020
ISS na Fonte a Recolher	191.950	206.121
IRRF a Recolher	1.290.242	1.220.510
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	107.665	104.920
Parcelamento de Impostos	0	34.433
TOTAIS	1.589.857	1.565.984

LONGO PRAZO	2021	2020
ISS Fonte a Recolher (Parcelamento) LP	0	22.956
TOTAIS	0	22.956

O saldo do IRRF a recolher apresentado em 31.12.2021 se refere ao imposto retido sobre os salários de funcionários e sobre serviços prestados de terceiros.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2021	2020
Água a Pagar	52.339	2.871.020
Energia Elétrica a Pagar	700.730	1.084.237
Telefone a Pagar	8.350	16.332
Empréstimo Material Hospitalar	65.488	170.955
Trat. Odontológico – Funcionários	20.256	17.718
Aluguéis a Pagar	73.993	50.382
Adiantamento de Clientes	8.324	4.151
Valores a Classificar	10.254	0
Empréstimo Consignado Caixa Econômica	90.580	77.777
Cheque a Pagar	3.423	60.775
Adiant. Sec de Saude Upa Caxangá	0	35.245
Adiant. Sec de Saude Hosp Regional de Palmares	12.695.983	1.424.183
Água a Pagar (Parcelamento)	252.170	0
Empréstimo Consignado Santander	201.475	171.018
TOTAIS	14.183.366	5.983.792

LONGO PRAZO	2021	2020
Outras Contas a Pagar – HEC	965	877
Outras Contas a Pagar – Upa Nova Descoberta	107.720	9.750
Outras Contas a Pagar – Upa Caxangá	16.235	10.708
Outras Contas a Pagar – Hospital Maria Lucinda	1.050.708	0
TOTAIS	1.175.628	21.336

Outras Contas a Pagar refere-se a valores/débitos a pagar entre Matriz x Filial e Filial x Filial.



17. CONVÊNIO A REALIZAR (ver NOTA 5)

	2021	2020
Convênios SES a Realizar Hospital Palmares	28.820.940	49.769.553
Convênios SES a Realizar Hospital Nazaré	9.983.226	20.073.529
Convênios SES a Realizar UPA Caxangá	6.184.284	5.514.931
Convênios SES a Realizar UPA Nova Descoberta	5.404.590	1.992.354
TOTAIS	50.393.041	77.350.366

LONGO PRAZO	2021	2020
Convênios SES a Realizar Hospital Palmares	11.016.498	0
TOTAIS	11.016.498	0

18. ASPECTOS FISCAIS

A Fundação dispõe de certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde concedida às pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos através da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009. Tal certificação concede a entidade a isenção do pagamento de contribuições para seguridade social tratadas nos artigos 22 e 23 da lei nº 8.212 de 24 de junho de 1991, no que se refere à parte patronal. No exercício de 2021 a Entidade foi beneficiada com isenção do pagamento da contribuição do INSS Patronal no montante de R\$ 24.149.874,45 que foram registradas contabilmente como se a obrigação fosse devida, transitando no resultado em contas de receita e despesa.

A Fundação possui também isenção tributária do imposto de renda e contribuição social, conforme disposto no art. 12 da Lei nº 9.532/97.

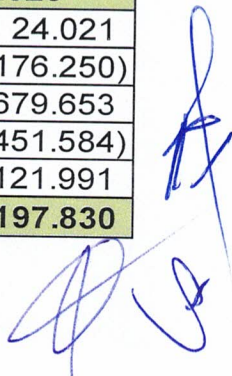
Em agosto de 2017 nos foi concedido a tutela de evidência referente ao que dispõe o art. 311, II do CPC, onde determina que a Receita Federal do Brasil suspenda a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, V, do CTN, no que concerne a contribuição do PIS sobre folha de salários, até o julgamento final da presente demanda. No ano de 2019 foi reconhecida a Imunidade do PIS e a Receita Federal do Brasil reconheceu a restituição dos valores pagos no último quinquênio (nota 8).

19. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

O pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Portanto, seguindo as diretrizes desse pronunciamento, a Fundação, através de seu corpo jurídico, estabelece estimativas em relação aos desfechos dos processos civis e trabalhistas, classificando-os como prováveis possíveis e remotos. As estimativas prováveis devem ser reconhecidas como passivos. As possíveis não são registradas, mas devem ser evidenciadas em notas explicativas. Portanto, o montante total de estimativas consideradas **POSSÍVEIS** em relação aos processos civis foi de R\$ 3.625.364,36, em relação aos processos trabalhistas as **POSSÍVEIS** montante de R\$ 4.312.712,72.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2021	2020
Patrimônio Social	5.643.184	24.021
Ajuste de Exercícios Anteriores	(433.205)	(176.250)
Ajuste de Valor Patrimonial	36.554.646	55.679.653
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	-	(13.451.584)
Superávit/Déficit do Período	(475.248)	121.991
TOTAIS	41.289.377	42.197.830



Patrimônio Social

O Patrimônio Social da entidade está formado pelos valores investidos inicialmente, conforme Escritura de constituição lavrada no 1º Ofício de Notas da Comarca do Recife, em 14 de março de 1946, pela reforma realizada por instrumento particular consoante deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 04 de agosto de 2001.

Ajuste de Exercícios Anteriores

Para ajuste de ativos e passivos de exercícios anteriores, foram realizados no exercício de 2021, alguns lançamentos tendo como contrapartida direta a conta de ajuste de Exercício Anterior no patrimônio. Os ajustes referem-se, em sua maioria, à débitos e créditos prescritos a mais de cinco anos e foram baixados após análise e parecer da assessoria jurídica da Fundação e apropriação dos juros de carência referente ao empréstimo adquirido junto à Caixa Econômica Federal em 05/06/2020.

Ajuste de valor patrimonial

Os imóveis da entidade em vista da defasagem dos registros na contabilidade frente ao crescimento imobiliário da região, entendeu-se como necessário a avaliação.

Foi reconhecido os efeitos do custo atribuído, no exercício de 2014, com base em relatório de avaliação elaborado em conformidade com o ICPC 10 relacionado ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27.

No exercício 2020 foi reconhecido o custo atribuído, com base em relatório de avaliação elaborado nos mesmo moldes do relatório de 2014, novas edificações que até o referido ano não tinha o reconhecimento da posse.

Ambos os trabalhos foram realizados por profissional habilitado, engenheiro, e foram aplicados procedimentos com base em dados coletados no mercado, em estudos técnicos, além de informações fornecidas por representantes da Fundação.

No exercício de 2021, foi realizado o Ajuste de avaliação Patrimonial, sendo incorporado parte do Ajuste de avaliação Patrimonial, R\$ 19.125.007,06, ao Patrimônio Social, com base na depreciação do ativo avaliado.

Déficit Acumulado e Superávit do Período

Em 2020 por conta da pandemia da COVID-19 houve uma queda na receita de particular e convenio, em contrapartida tivemos um aumento nas receitas de SUS, UTI e doações que superou essa queda (nota 20). Porém a pandemia gerou um consumo maior de materiais, medicamentos e mão de obra, impactando no aumento das despesas (nota 21) gerando um superávit de R\$ 121.991,11. Em 2021 a pandemia continuou e a Fundação ofereceu mais serviços gerando um aumento na receita de UTI e controlou melhor os gastos já que o custo de medicamentos e material descartáveis não aumentou proporcionalmente. Por conta da pandemia houve uma diminuição de cirurgias, então, a Fundação decidiu investir numa expansão física do bloco Cirúrgico com intenção de aumento futuro nas receitas com Cirurgias sendo necessário a contratação de um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal. Contratou também outro empréstimo junto à Caixa visando a quitação do empréstimo junto ao Santander e a diminuição de juros futuros. Por conta da aquisição desses dois empréstimos o Hospital apropriou na despesa do ano de 2021 os juros de carência pagos por essas contratações o que gerou um déficit de R\$ 475.248,48



21. RECEITAS

Receitas sem Restrição	2021	2020
Receita com Pacientes Particulares	2.739.780	1.861.867
Receitas de Convênios	7.083.106	7.851.021
Receita com Paciente SUS	26.074.691	27.465.013
Receita com Hemodiálise	6.972.211	6.850.023
Receitas com UTI	16.238.698	11.126.363
Residência Médica	588.000	588.000
Preceptoria UNICAP	556.212	488.619
Preceptoria Sociedade de Educação Tiradentes	581.386	310.902
Doenças Raras	2.271.709	2.049.720
Gestão	148.983	166.408
Voluntário SAHIMA (b)	27.078	43.420
Doações	2.552.917	4.275.039
Subvenções	0	22.000
Glosas	-9.321	-120.485
TOTAL	65.825.449	62.977.908
Receitas com Restrição		
Receitas UPA Nova Descoberta (a)	18.797.083	17.212.443
Receitas UPA Caxangá (a)	19.804.605	18.594.585
Receitas Hospital Palmares (a)	62.353.453	56.047.142
Receitas Hospital Nazaré (a)	23.721.848	22.991.440
Receita SPA (c)	1.800.000	1.800.000
Receita de Subvenções para Aquisição de Bens	31.230	19.365
TOTAL	126.508.219	116.664.974
TOTAL GERAL	192.333.668	179.642.883

(a) Contratos de Gestão.

São recursos financeiros provenientes de Contratos de Gestão/Convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os Contratos firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma.

O valor total recebido dos Contratos de Gestão no ano de 2021 foi de R\$ 124.676.988,70, utilizado, em sua totalidade, na operacionalização e execução das ações e serviços de saúde.

Conforme determinação especificada no Contrato celebrado junto a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE), a Gestão tem a responsabilidade de:



- Assegurar a organização, administração e gerenciamento, além do provimento de insumos, medicamentos e serviços (Manutenção, Limpeza e Vigilância) necessários à garantia do pleno funcionamento da unidade.
- Assistir de forma abrangente os usuários, procedendo e fornecendo os devidos registros conforme critérios determinados pela SES-PE e Ministério da Saúde.
- Garantir e responder pelo quadro de recursos humanos com todos os direitos trabalhistas e fiscais assegurados na forma da legislação em vigor.
- Prestar esclarecimentos e informações à SES-PE e demais órgãos quando solicitado.

(b) Trabalho voluntário

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação em várias ações realizadas pelas entidades.

(c) Receita SPA

Refere-se ao convenio firmado entre a Fundação e o Estado de Pernambuco, através da Secretaria Estadual de Saúde, com objetivo do repasse financeiro para realização do SPA - Serviço de Pronto Atendimento, incluindo os serviços de classificação de risco em ortopedia e traumatologia de médio porte, ofertados à população.

22. CUSTOS HOSPITALARES

Custos sem Restrição	2021	2020
Despesa com Pessoal Serviço Próprio	35.628.739	34.107.025
Serviços Médicos Pessoa Juridica	5.804.085	4.091.740
Serviços Médicos Pessoa Física	38.181	151.713
Materiais Medicamentos e Similares	16.471.008	12.808.468
TOTAL	57.942.013	51.158.947
Custos com Restrição		
Despesa com Pessoal Serviço Próprio	65.195.378	65.339.696
Serviços Médicos Pessoa Juridica	22.850.828	17.982.632
Serviços Médicos Pessoa Física	433.517	1.271.543
Materiais Medicamentos e Similares	22.170.082	17.479.843
Despesas Gerais	120.629	60.289
TOTAL	110.770.434	102.134.003
TOTAL GERAL	168.712.447	153.292.950

Os Custos Hospitalares estão relacionados a valores referentes aos setores operacionais da Instituição e foram segregados e classificados de acordo esta estrutura.

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Serviços Diversos Pessoa Jurídica	14.078.985	14.136.411
Serviços Diversos Pessoa Física	1.855.734	1.314.032
Aluguéis	2.757.460	1.878.450
Energia	3.900.467	3.164.580
Água	672.911	626.840
Telefone	113.224	168.670
Depreciação	1.567.398	1.529.419
Outras Despesas	455.073	829.416
TOTAIS	25.401.252	23.647.817

As Despesas Administrativas estão relacionadas a valores referentes aos setores não operacionais da Instituição e foram segregados e classificados de acordo esta estrutura.

24. RECEITAS DIVERSAS

	2021	2020
Aluguéis	245.857	211.619
Recuperação de Despesa	2.081.628	245.340
Estacionamento	321.657	252.736
Venda Doação Receita Federal do Brasil	372.546	200.261
Restituição Tributária - PIS (Nota 8)	1.170.001	0
Outras Receitas Diversas	3.492	3.706
TOTAIS	4.195.181	913.662

25. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 20 do Decreto nº 8.242/14 e artigo 9º., item 1, "c", da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade não cumpriu parte das metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS.

Através da Portaria SES nº 107 de 25 de março de 2020, o Governo do Estado determinou a suspensão da realização de cirurgias eletivas, consultas e procedimentos diagnósticos ambulatoriais em todas as unidades da rede assistencial pública e privada em todo o Estado de Pernambuco.

Conforme publicação da Lei complementar 425, art.3º, parágrafo 5º, publicado em 25 março de 2020 informa o seguinte, "*Nas contratações firmadas com a organização sociais de saúde, em curso, ficam suspensas as obrigações relacionadas ao cumprimento das metas pactuadas, a apresentação dos respectivos relatórios de acompanhamento e avaliação...*"

Em face de tal consideração, esta unidade hospitalar, justifica assim, o não cumprimento das metas. No quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

Produção Internações (AIH) HOSPITAL MARIA LUCINDA

mês	AIH SUS		
	Contratualização	Produção	Desempenho %
jan/21	698	401	57%
fev/21	698	452	65%
mar/21	698	272	39%
abr/21	698	305	44%
mai/21	698	346	50%
jun/21	698	348	50%
jul/21	673	359	53%
ago/21	673	451	67%
set/21	673	410	61%
out/21	673	521	77%
nov/21	673	430	64%
dez/21	673	417	62%
Total	8.226	4.712	57%
Média	685,5	393	57%

Produção Ambulatorial (SIA) HOSPITAL MARIA LUCINDA

mês	AMB SUS		
	Contratualização	Produção	Desempenho %
jan/21	36.324	19.378	53%
fev/21	36.324	20.937	58%
mar/21	36.324	22.126	61%
abr/21	36.324	20.247	56%
mai/21	36.324	22.320	61%
jun/21	36.324	20.948	58%
jul/21	37.088	22.334	60%
ago/21	37.088	25.942	70%
set/21	37.088	31.256	84%
out/21	37.088	27.459	74%
nov/21	37.088	26.801	72%
dez/21	37.088	25.444	69%
Total	440.472	285.192	65%
Média	36.706	23.766	65%

UPA CAXANGÁ

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES						
Saida Hospitalar	0	0	0	0	0	0
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						
Consultas de Urgência	74.250	46.521	74.250	60.995	148.500	107.516
ATENDIMENTO AMBULATORIAL						
Consultas	0	0	0	0	0	0

UPA NOVA DESCOBERTA

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES						
Saida Hospitalar	0	0	0	0	0	0
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						
Consultas de Urgência	74.250	47.623	74.250	55.342	148.500	102.965
ATENDIMENTO AMBULATORIAL						
Consultas	0	0	0	0	0	0

HOSPITALREGIONAL DE PALMARES

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES						
Saída Hospitalar	3.852	4.009	3.852	3.421	7.704	7.430
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						
Consultas de Urgência	45.000	58.509	45.000	71.539	90.000	130.048
ATENDIMENTO AMBULATORIAL						
Consultas	15.000	11.628	15.000	10.296	30.000	21.924
Atividade Cirurgica						
Consultas	1.440	1.235	1.440	1.032	2.880	2.267

HOSPITAL ERMÍRIO COUTINHO

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES						
Saída Hospitalar	1.440	1.816	1.440	1.586	2.880	3.402
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						
Consultas de Urgência	55.200	39.673	55.200	51.990	110.400	91.663
ATENDIMENTO AMBULATORIAL						
Consultas	4.200	3.675	4.200	4.185	8.400	7.860

Reconhecemos a exatidão destas Demonstrações Financeiras.
Recife, 31 de dezembro de 2021

Arnaldo José Almeida Gonçalves de Oliveira
Presidente

Fabiola Alencar Furtado
Tesoureira

Albanice B. da S. Almeida
Albanice Betania da Silva Almeida
Contadora CRC-PE 013.338/O-1